Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	**ATA DE REUNIÃO n. 010/2026**	Folhas: 04

1. Identificação			
Data	02/09/2026		
Horário início	14h	**Horário término**	15h30
Local	CREAS - Mafra		
Participantes	De acordo com lista de presença: Conselheiras: Luciane Mitiko Nishioka (SM de Saúde); Juliana Karolina Nasato (Polícia Militar); Junyara Nunes Pereira (Polícia Civil); Joseane Gelowate (Clube Soroptimista);Veridiana Mendes Lazzari Zaine (OAB - Mafra); Sueli Fiori (Associação das Senhoras de Caridade) e Maike Sheila Tschoeke Steidel (NUCRESS). Convidados - Araci Turchen Makohin (secretária executiva); Soely Koene Sallai (CREAS); Manuela Pozza Ellwanger (OAB Mafra) e Claudio leandro dos Passos (PM) Ausente: SM Assistência Social e Habitação		

2.Discussão

Na data de 02/09/2026, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal dos Diretos da Mulher (CMDIM), nas dependências do CREAS. **Constatado quórum mínimo** para a realização da reunião, a Presidente do CMDIM, Sra. Veridiana Mendes Lazzari Zaine, deu as boas-vindas aos presentes. Em seguida, apresentou a pauta da reunião ordinária, convocada por meio do **Ofício n. 011/2026/CMDIM**, encaminhado as Conselheiras Municipais por meio do grupo do aplicativo WhatsApp, com a seguinte **Ordem do Dia**: leitura da Ata de n. 009/2026/CMDIM (reunião ordinária datada de 05/08/2026) a qual, após lida, **foi aprovada pela plenária**. **Seguindo**, foi feita a leitura das Correspondências recebidas e expedidas: **resposta ao Ofício n. 09/2026/CMDIM**, datado de 16/07/26, encaminhado a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação solicitando informações atualizadas a respeito do tema em tela, como credenciamento de hotéis para acolhimento emergencial de mulheres vítimas de violência, etc. Em resposta, referente aos itens: a) 03 (três) mulheres solicitaram acolhimento e de pronto foram atendidas sendo levadas para fora do município; b) não houveram diárias custeadas para esta finalidade, visto que não existe orçamento para tal; d) houveram 06 requerimentos para pagamento de aluguel social, os quais foram prontamente atendidos; e) a demanda do acolhimento foi atendida; f) existe um protocolo vigente de urgência com

contatos telefônicos e tomada de ações necessárias dependendo do caso. Foi informado pela psicóloga Sra. Soely (CREAS) que contribuiu na confecção da resposta ao ofício em tela e concorda que se faz necessário uma rede de dados, um fluxograma organizado com solidez para melhor planejamento de ações de enfrentamento a essa realidade (violência doméstica). A advogada, Sra. Manuela, contribuiu dizendo que a existência de dados corretos e completos são necessários para mostrar o quantitativo de vítimas de violência doméstica e para embasar políticas públicas. A conselheira, Sra. Maike ,argumentou que se faz necessário um local definido para onde encaminhar situações emergenciais onde se faça necessário o abrigamento. Sra. Soely informou que com base em dados levantados é possível fazer o orçamento de preços de diárias em hotéis. A secretária executiva, Sra. Araci, disse que existe necessidade de movimentação, por parte dos Conselhos Municipais, para resolução da questão de abrigamento, quando necessário, de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência. A Presidente, Sra. Veridiana, confirmou que não está acontecendo o credenciamento de hotéis para esta finalidade. A advogada, Sra. Manuela, propôs uma ação conjunta entre CMDIM e OAB, tendo a presidente Sra. Veridiana colocado em votação tal sugestão que foi aprovada pelas conselheiras presentes. Foi deliberado pela elaboração de ofício solicitando a reabertura de IP que trata do assunto. Outra sugestão, também aprovada por unanimidade, foi a promoção de uma roda de conversa a respeito. **Continuando**, a Presidente Veridiana relatou que alusivo ao “Agosto Lilás” participou da ação promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SMASH) junto as mulheres indígenas, visando abordar direitos, autonomia e proteção da mulher, bem como sobre os 20 anos da Lei Maria da Penha, com apoio de Cartilha sobre a referida Lei traduzida na língua Kaingang. As participantes relataram fatos e fizeram questionamentos perguntando se tratava-se de violência doméstica, o que em sua opinião foi positivo e teve boa aceitação. **Seguindo**, a Sra. Veridiana (Presidente) relatou também sobre sua participação em evento on-line promovido pela Defensoria Pública e percebeu que tal órgão está alinhado com as questões da mulher. A presidente sugeriu convidar a Defensoria Pública para participar de reunião do CMDIM visando maior aproximação e integração com o referido órgão, sugestão que foi aprovada pelas conselheiras presentes. A psicóloga, Sra. Soely, informou que já fez encaminhamento de vítimas de violência doméstica a Defensoria Pública para atendimento, mas que as mulheres

foram encaminhadas a OAB para atendimento com Defensor Dativo e/ou DPCAMI de Mafra. A advogada, Sra. Manoela, confirmou que a Defensoria Pública de Mafra não atende mulheres vítimas de violência e que estas são atendidas pela OAB - DPCAMI de Mafra, onde o atendimento ocorre de maneira mais rápida e eficiente. Referente a Roda de Conversa promovida pela OAB de Mafra, alusiva ao “Agosto Lilás” várias conselheiras se fizeram presentes, e foi interessante a oitiva da Delegada de Polícia e dos grupos que participaram e relataram as ações que realizam dentro do temática de combate a violência doméstica. - **Participação espaço mensal rádio - mês setembro/2026** - Em relação ao “Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio” foi sugerido a participação de Adriana Moro ou Luciana (Secretaria Municipal de Saúde), para fazerem uma fala sobre saúde mental da mulher com a finalidade de divulgação nas rádios AM/FM, redes sociais (Instagram, whatsapp, etc.). A secretária Araci sugeriu formalizar o convite para a Sra. Adriana Moro, através de ofício, o que vai ser efetivado. **Em continuidade**, a conselheira Sra. Juliana (PM), trouxe resposta de Ofício encaminhado a Polícia Militar e explanou sobre o Programa Rede Catarina de Proteção à Mulher, que é um programa institucional da Polícia Militar de SC (PMSC) voltado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, pautado na filosofia de polícia de proximidade e buscando conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher. O referido programa se sustenta em ações de proteção, no policiamento direcionado da Patrulha Maria da Penha e na disseminação de solução tecnológica. O referido Programa teve seu início no Estado de Santa Catarina em 2017, no município de Chapecó. Em Mafra, foi iniciado em 2018 e desde então na cidade já foram atendidas 1000 (mil) mulheres e 300 (trezentas) na cidade de Itaiópolis/SC. No início do Programa nem todas as Medidas Protetivas de Urgência eram encaminhadas a Rede Catarina para acompanhamento. Somente em 2021, após ofício solicitando, todas as medidas protetivas de urgência deferidas passaram a ser encaminhadas a Rede Catarina para atendimento/acompanhamento. Ressaltou que desde 2018, na cidade de Mafra nenhuma mulher atendida foi “perdida”, ou seja, nenhuma foi vítima de feminicídio. A conselheira Juliana explanou em reunião a Análise de Dados e Atuação Estratégica da Rede Catarina de Proteção à Mulher em Mafra, que foi repassada, via whatsapp, ao Grupo de CMDIM. **Na sequência,** foi informado que a data da reunião ordinária do CMDIM está agendada para a data de **07/10/2026, às 14h, nas dependências do CREAS**. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMDIM, Sra. Veridiana

Mendes Lazzari Zaine, agradeceu a presença de todas as conselheiras de direitos, representantes das instituições e demais convidados, declarando encerrada a presente reunião ordinária, da qual foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será anexada à lista de presença específica e devidamente publicada. Eu, Joseane Gelowate, quem a digitou.